

A quadratura do círculo

José Nêumanne Pinto

"Tudo demora. E tudo é véspera e nostalgia."
(Hilda Hilst)

No fim do século passado, Jean Marc Côté desenhava uma série de plaquetas sobre como seria a vida no ano 2000. Isaac Asimov, o grande escritor de ficção científica, reuniu-as num livro intitulado *Nostalgia do Futuro*, que está sendo lançado na Europa. Outro escritor conhecido, o italiano Umberto Eco, comenta o feito em sua coluna, na última página da revista *L'Espresso*, de 15 de maio passado, chamando a atenção do leitor para a distância entre a imaginação futurológica e a realidade.

Segundo Eco, tais como os desenhos de Robida, ou as ilustrações de Salgari em *As Maravilhas do Ano 2000*, as plaquetas de Côté são capazes de prever os equipamentos do futuro (o aspirador de pó, o helicóptero, o submarino, o tanque de guerra), mas estão longe de viabilizar uma forma para tais equipamentos. Ou seja, o homem pode ser capaz de imaginar uma novidade, mas o desconhecimento das descobertas outras, entre aquilo de que dispõe no momento em que a imagina e a data de sua realização, o impede de prever como poderá ser realizado aquele objeto que imagina.

É provável que o grande semiólogo (autor de *A Obra Aberta*) e romancista italiano (que escreveu o best seller *O Nome da Rosa*) encontrasse na situação brasileira atual motivos para desenvolver mais ainda sua teoria sobre a parca capacidade que o homem tem de representar seu próprio futuro, por mais que possa imaginá-lo. Ele poderia tomar, para facilitar a tarefa, o exemplo da Constituinte, ora reunida em Brasília. Como Côté, Robida ou Salgari, os 559 constituintes têm a capacidade fantástica de imaginar os equipamentos sociais de que a sociedade brasileira precisa para viver melhor. Por isso eles criaram um mundo simpático, no qual é impossível alguém receber de outrem juros superiores a 12% ao ano; todos têm direito à educação gratuita; os operários não podem suar mais do que 44 horas por semana; os pais ficam oito dias em casa cuidando dos recém-nascidos; e os aposentados ganham 13º salário.

Em seu brilhante e curto artigo na última página da revista italiana, Umberto Eco, não por acaso professor na mais velha Universidade do mundo, a de Bolonha, lembra um exemplo que vem bem ao caso: o do círculo quadrado. Esta expressão, segundo Eco, provoca uma visão quase onírica, muito próxima de um desenho animado, na qual um círculo e um quadrado se confundem sem mais voltar a ser um ou outro. O caso, porém, é que, "como não se pode construí-lo com esquadro e compasso, mas só através de uma curva chamada quadratriz de Ippia-Dinostrato, o círculo quadrado só pode ser plenamente 'pensado' por um matemático que conheça a regra para construí-lo. E também se limitará a representar diagramaticamente a regra de construção, mas não o objeto em si".

A questão do círculo quadrado pode ser aplicada *ipsis litteris* ao presente caso brasileiro. Uma Constituição não é a garantia da felicidade da comunidade que a redige. Não basta sentar-se à mesa, escrever uma carta de intenções e ficar à espera de que o céu as providencie. Uma Constituição é o estabelecimento da regra de construção de uma sociedade mais justa e o grau de justiça ocorrendo dentro da sociedade é que pode determinar ou não um meio que conduza todos à construção de uma riqueza maior e dividida de forma mais igualitária.

Querer garantir na letra constitucional o paraíso na terra à sociedade que a escreve pode ter um efeito cômico, semelhante ao dos desenhos futuristas produzidos no século passado a respeito dos objetos práticos usados em nosso cotidiano hoje. "Pensar no futuro", escreve Eco, "significa imaginar algo vago, sem que se conheça a regra para construí-lo". A

missão dos constituintes brasileiros é buscar a regra que conduza mais facilmente à quadratura do círculo, sem, contudo, tentar adivinhar o objeto em si para, só depois, produzir a regra.

No ringue da briga ideológica pela reforma agrária e pela extensão da anistia a militares punidos por atos administrativos, a Constituinte brasileira se inabilitou a construir as regras do futuro e produziu o texto da utopia presente, capaz de satisfazer nossas aspirações, mas insuficiente para assegurar os direitos, em posse dos quais poderíamos escavar, o inimaginável, para encontrar o ainda inexistente e, até quem sabe, o por enquanto impossível.

O texto constitucional que ora produzimos não deixa de ser representativo de nosso momento atual. A sociedade brasileira atravessa uma crise, talvez ainda não vivida em tal grau, na formação de quadros para a condução política e também para a direção econômica. Esta é a principal causa da violenta freama que o País dá agora em sua marcha desenvolvimentista, iniciada nos anos 30 e acelerada nos anos 50. Este é um período de vacas magras, principalmente na produção de profissionais em praticamente todos os setores. A nova Constituição, como, de resto, a Nova República — reflete esta crise, em profundidade.

É impossível prever se se poderá sair desse atoleiro ou se ele será mesmo inexorável. O fato, contudo, é que o texto constitucional em preparação é o signo mais evidente deste período. Dizem que a nova Constituição será efêmera, por circunstancial. Talvez seja o caso de prever que ela vá vigorar enquanto dure esta circunstância específica. Assim, ninguém será capaz de prever até quando ela permanecerá. Se durar pouco e for substituída por outra, mais capaz de estabelecer as regras pelas quais se possa construir uma sociedade mais próspera, será uma bênção, jamais um castigo. Não há, contudo, sinais de tal efemeridade abençoada. Símbolo de deficiências mais próprias do Brasil, ela durará enquanto não formos capazes de fazer com que as potencialidades positivas brasileiras as superem.

Na conclusão de sua coluna na revista *L'Espresso*, Umberto Eco deduz algo muito interessante. Ele lembra que, no livro de Isaac Asimov, as imagens menos cômicas são de objetos dos quais os futurólogos mais foram capazes de prever a construtibilidade: os aditivos químicos da cozinha, os bombardieiros aéreos e os carros de combate, por exemplo. "Não sei se é o caso, mas só conseguimos prever bem as desgraças", ele resume, ao encerrar, com uma carga de ironia pessimista, mas sem deixar escapar a graça inerente à situação.

Se realmente o homem tem a condição de prever bem as desgraças que produz, está na hora de se começar uma longa meditação sobre as razões mais profundas da transformação do Congresso Constituinte no palco de uma encarniçada guerra de corporações, todas vitoriosas sobre o futuro da sociedade nacional, vista como um todo. É preciso encontrar a "quadratriz" capaz de construir, pelo menos teoricamente, o círculo quadrado, no qual se escondem as profundas motivações da situação social que fez o Brasil redigir uma Constituição capaz de comprometer o futuro com todos os equívocos do passado, já superados em praticamente todo o resto do mundo. Não se trata de tentar asfixiá-la, para fazer com que morram as circunstâncias que a produziram, mas, ao contrário, expô-la, corajosamente, à curiosidade pública. Assim, pondo o País a nu, se poderá tirar dela uma sucessora capaz de encontrar as regras da construção da prosperidade prometida, mas, ao mesmo tempo, negada pelo universo autodestrutivo de suas limitações.

José Nêumanne Pinto é editor de *Política* de *O Estado de S. Paulo*